

Quinta-Feira, 30 de Julho de 2026

Rondonlândia recebe R\$ 2,9 mil por habitante em emendas Pix em 2025

Município mato-grossense lidera ranking de transferências especiais por capita no país, com repasse de R\$ 10,5 milhões.

Rondonlândia, pequeno município localizado em Mato Grosso com população de 3.518 habitantes, tornou-se destaque nacional ao receber R\$ 10,5 milhões em emendas Pix durante o ano de 2025. Este montante representa aproximadamente R\$ 2.997 por residente, colocando a localidade entre os principais receptores de recursos por habitante em todo o território brasileiro.

As emendas Pix, formalmente designadas como transferências especiais, funcionam através de um mecanismo que viabiliza o repasse imediato de valores oriundos do Tesouro Nacional para estados e municípios, dispensando a necessidade de formalização de convênios tradicionais.

Araguainha, também localizada em Mato Grosso, integra a relação de municípios que se destacaram nesta modalidade de financiamento. Com apenas 997 habitantes, o município obteve R\$ 1,4 milhão em transferências especiais no período anterior, equivalendo a R\$ 1.390 por cada morador.



Complementando o cenário nacional, cidades situadas em Goiás, Paraíba, Alagoas, Roraima e Amapá apresentaram igualmente cifras expressivas quando considerada a proporção entre montantes recebidos e densidade populacional.

O levantamento que subsidiou estas informações foi divulgado pela plataforma jornalística Poder360, que utilizou dados oficiais do Tesouro Nacional para sua elaboração.

Conforme registrado em documentação oficial, os investimentos realizados em Rondonlândia contemplaram três eixos principais: a aquisição de veículo destinado ao segmento de assistência social, a compra de unidade móvel direcionada aos serviços de saúde, além da execução de pavimentação asfáltica em via vicinal.

Na sequência do ranking de maiores recebimentos proporcionais por habitante, encontram-se Curral Velho, localizado na Paraíba, com R\$ 2.479 per capita; Itaubal, no Amapá, com R\$ 2.058; e Serra do Navio, também amapaense, com R\$ 2.058.

As emendas Pix têm se tornado objeto de análise crítica junto ao Supremo Tribunal Federal, especialmente devido às limitações inerentes aos processos de fiscalização e pela reduzida transparência comparativamente a outras modalidades de transferência de recursos públicos.

Durante o exercício de 2024, o magistrado do STF Flávio Dino determinou suspensão temporária do desembolso das emendas impositivas, simultânea a exigências de incremento na transparência das operações. Posteriormente, os repasses foram retomados mediante negociações que estabeleceram novos critérios.

A reativação dos recursos ficou sujeita à apresentação de planos operacionais específicos, prestação de contas detalhada, identificação expressa do parlamentar responsável pela emenda, e execução de fiscalização por organismos federais.

Instituições como Transparência Brasil, Transparência Internacional e Associação Contas Abertas já manifestaram posicionamentos críticos quanto a esta modalidade de repasse. A Confederação Nacional de Municípios, por sua vez, defende a continuidade e expansão das emendas Pix.

De acordo com a programação orçamentária para 2025, foram reservados R\$ 24,6 bilhões destinados especificamente a emendas individuais. Deste total, parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal direcionaram R\$ 6,4 bilhões através de transferências especiais aos municípios, beneficiando aproximadamente 4.145 localidades conforme dados mais recentes disponíveis.

A reduzida capacidade de arrecadação própria mantém municípios menores em situação de dependência acentuada relativamente a transferências de origem intergovernamental. Com a ampliação das emendas Pix, estes recursos adquiriram ainda maior relevância na composição de recursos destinados ao custeio das administrações municipais.

Segundo Teresa Ruas, assessora de políticas do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), a questão fundamental não reside no acesso de localidades reduzidas a recursos parlamentares. O ponto de preocupação concentra-se na metodologia de distribuição destes valores, contemplando elementos como planejamento estratégico e exposição pública das aplicações.

Marina Atoji, especialista em mecanismos de transparência e colaboradora do Poder360, corrobora tal perspectiva, apontando que a exposição relativamente ao recebimento e destinação dos recursos mostra-se praticamente inexistente em parcela substancial desses territórios, que igualmente carecem de estruturas de imprensa robustas e independentes capazes de acompanhar tais temas.

Na avaliação de Marina, essa alocação de recursos "atende demandas extremamente específicas em nível local, sem articulação com iniciativas de alcance nacional, enquanto os ministérios enfrentam restrições orçamentárias para ampliar políticas mediante perspectiva sistêmica". A especialista salienta que documentos de planejamento entregues pelos receptores como condição para liberação das emendas frequentemente apresentam "mínimo ou nenhum detalhamento acerca dos procedimentos a executar e qual impacto esperado ou carência a ser solucionada".